

18

**INFORMAÇÕES PRESTADAS EM ATENDIMENTO À
SOLICITAÇÃO FEITA ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº. 156/2006-
PRMG/SOTC-FAM REPRESENTAÇÃO N. 1.22.000.003631/2005-81**

Senhor Procurador da República,

Em atenção ao Ofício nº 156/2006-PRMG/SOTC-FAM expedido nos autos da Representação em epígrafe, temos a informar o quanto segue.

A fls. 02 a 09 do respectivo procedimento, encontra-se lista de anexos de "denúncias" veiculadas via Internet, dentre as quais, as alegações feitas contra o Comitê Gestor da Internet no Brasil, principalmente, pelo site "interjuris.com.br".

Sob o título de "Fraude milionário em leilão de domínio da Fapesp", há no site "interjuris.com.br":

"Milhares de internautas estão sendo ludibriados e milhões de reais do seu estado estão sendo desviados.

Não satisfeito em extorquir R\$ 24 milhões ao ano dos internautas de todo o Brasil, o Comitê Gestor Internet Brasil CGI.br em parceria com a Fapesp e a mega empresa Núcleo de Integração e Coordenação (Nic.Br), de propriedade dos antigos donos do Comitê Gestor Internet, alteraram nos últimos anos os leilões de domínios promovidos pela Fapesp.

Os domínios cujas taxas de extorsão não foram pagas (R\$ 30,00) vão para o leilão de domínios. Tudo envolve algo entre 60 a 90 mil domínios cada leilão, e para obter a receita de R\$ 30,00 de cada domínio as regras do leilão são manipuladas no sentido em obter a maior receita possível em detrimento aos internautas interessados nos domínios. O dinheiro total (milhões de reais) arrecadado desaparece na Fapesp, já que foi uma doação de anônimos. Não é à toa que o Comitê Gestor Internet Brasil e a Fapesp agem "escondendo tudo" em atitudes idênticas a de um ladrão.

Cabe salientar que existem dois tipos de domínios, o de marca. (nome de empresa) e os genéricos ou produtos (ex. luminosos.com.br, alugueis.com.br, paineis.com.Br, empregadas.com.Br, etc.). ... Não é à toa que nos primórdios da internet a Sra. Getschko registrou homepages.com.br, ou que a esposa do Bill Gates tenha comprado o domínio drugs.com (equivalente a farmacias.com.br) em um leilão nos EUA, por 830 mil dólares!!!

Estes domínios genéricos tem um alto valor no mercado por representar o produto ou serviço e diminuírem muito as despesas de marketing das empresas e, portanto cobiçado por centenas de empresas e justamente estes é que a Fapesp vem cancelando de algumas empresas para depois repassar para outros, não respeitando nem a taxa de extorsão (R\$ 30,00) se foi ou não paga.

As regras originais de participação no leilão de domínios foram:
a) Divulgação do edital do leilão (lista completa de domínios, regras e a data de início) com 30 dias de antecedência.
b) duração do leilão de 30 dias
c) se houver dois ou mais pretendentes não será liberado e o domínio irá para o próximo leilão.

Com o objetivo de aumentar o controle sobre o leilão e evitar que fosse negociado entre os participantes e fora do âmbito da Fapesp não se pode cancelar o lance (alguns picaretas chamam de ticket) e de quebra ainda "limitou o máximo de 20 domínios por empresa incluindo filiais" como se fosse pecado uma empresa ter mais domínios genéricos.

A fim de esconder os concorrentes no lance, os mesmos somente são informados na hora e durante o leilão e nunca por e-mail. Isto aumenta ainda mais o controle da Fapesp e ao mesmo tempo dificulta uma possível prova do internauta para denunciar eventual manipulação no resultado do leilão de domínios. Para saber quem foi o concorrente que deu o lance na última hora o interessado tem que telefonar para a Fapesp. O e-mail somente informa que houve um concorrente, mas não quem foi. A regra da Fapesp é simples "receita máxima x transparência 0".

Devido a um acordo de cavalheiros entre os milhares de participantes, evitava-se em geral dar lance (ticket de interesse) nos domínios que já tinham sido dados lances. Mas a Fapesp para aumentar ainda mais o poder de controle alterou o leilão de forma que o primeiro lance fica escondido (o programa não informa) obrigando a dar um lance no(s) domínio(s) interessado(s) de forma a "gastar" logo os 20 créditos que tinha e ainda acabando com a regra de acordo de cavalheiros. Na realidade os internautas não têm capacidade para negociar, somente a Fapesp.

Mas isto trouxe graves consequências por diminuir o fluxo de entrada no caixa da Fapesp, conta Banespa agência 105 conta corrente 72400-2 CNPJ 43.828.151/0001-45. E para aumentar a receita nos leilões, a Fapesp começou a diminuir o prazo de divulgação do edital do leilão e também a duração do leilão. O prazo passou para 0 (zero) dias e a duração para 15 dias. Consequentemente milhares de internautas interessados em participar do leilão acabam ficando de fora ou são obrigados a entrarem a cada 15 dias no site para ver se está havendo um leilão. Como a maioria não entra a cada 15 dias acabam descobrindo que o domínio já está na mão de outros.

Mas quem são os "outros"? A Fapesp informa somente pelo telefone com até 2 meses de antecedência as informações preciosas como data de início do próximo leilão. Caso você tenha tido algum problema com a Fapesp ou tenha denunciado as maracutaias acabarão esquecendo de lhe informar a data de início do próximo leilão.

Também deixou o edital (lista de todos os domínios) bem escondida (quanto menor a quantidade de internautas tiverem conhecimento da lista completa maior a chance em sair para alguém mais informado). Você já viu alguma vez a lista completa de domínios de qualquer uma das dezenas de leilões de domínios já promovidas pela Fapesp nos últimos 5 (cinco) anos?

Recentemente aumentou mais ainda a manipulação de domínios, através da inclusão de um botão especial durante o leilão. Se for pressionando durante o lance, a Fapesp irá envocar o "direito presumido". Mas você sabe o que é direito presumido?: Caso você queira um domínio genérico o Comitê Gestor Internet, consegue-o facilmente, desde que concorde com as maracutaias da Fapesp. Veja por exemplo o domínio genérico arquipelago.com.br, numa disputa foi para a empresa Arquipelago Engenharia enquanto o

161
8

arquipelagoengenharia.com.br continua vago.... Ou veja outro exemplo do domínio *blog.com.br* (anexo10).

Para roubar domínios genéricos, ativos, pagos e em uso por empresas, não são difícil, basta a Fapesp envocar a "suposta existência de irregularidades nos dados fornecidos para fins de registro. blá. blá..." que a empresa perde rapidinho o domínio. Veja como funciona no anexo7 e outra no anexo9

Mas como eliminar concorrentes no leilão de domínios?

Clique no botão especial da Fapesp durante o lance e conseqüentemente a única funcionária da Fapesp, setor registro.Br e elimina o seu concorrente por não conseguir enviar a documentação da empresa em 10 dias corridos a partir da emissão do e-mail. Alguns e-mails são enviados dia 27/12/2004 e o domínio cancelado por falta de documentação em 03/01/2005 as 7:54 da manhã, evitando o sedex 10! Só se for na China que isto dá 10 dias... Só não entendo porque uma funcionária da Fapesp tinha tanto interesse nos domínios "empregadas.com.br". E "empregados.com.br" que passaram para uma panificadora em São Paulo e a seguir vendidos para uma outra empresa. .

A Fapesp ainda pode manipular livremente domínios através do processo: "reservar a si, sempre, nomes que participaram sem sucesso do processo de liberação e que, por algum motivo, são considerados de interesse à operação da Internet brasileira" como abatedouros.com.br e milhares de outros. Em um dado momento simplesmente são liberados a uma determinada empresa. Para o domínio kraft.com.br na consulta pela empresa Engkraft, cujo dono tem o sobrenome Kraft e tem registrado no INPI em classe diferente, a Fapesp sempre informou laconicamente: "Reservado pelo CG", mas um belo dia estava com a Kraftfoods uma empresa alimentícia com mais de 40 domínios.

Ainda bem que 801 mil internautas que são obrigados a usarem domínios de internet, pagam docilmente os R\$ 30,00 reais / ano e sustentam todas as maracutaias, resultando em R\$100 mil reais pingando limpinho por dia útil na conta da Fapesp. Tudo manipulado longe da receita e do internauta. Um único mês corresponde ao valor que a Revista Veja noticiou de 1 milhão de dolares do Farc. Enquanto a gang (foto no anexo5) e os integrantes (anexo6) discutem a 5 (cinco) anos se a Fapesp vai continuar ou não ou se passam para a mega empresa do grupo chamado Nic.Br CNPJ 05.506.560/0001-36 cujos donos são os antigos proprietários do Comitê Gestor Internet Brasil e atualmente somente é usado para a lavagem do dinheiro extorquido dos internautas. O dinheiro entra sujo e sai verdinho com o texto "In God We Trust" (No trintão dos internautas nós confiamos). Hum... será que não foi usado para comprar galos preparados para Rinha?

Todas as empresas brasileiras já estão sendo obrigadas pela Receita Federal a pagar a taxa de "chave pública", indiretamente para o senhor Sérgio Amadeu, do Comitê Gestor Internet, também da ITI, ligado a casa civil e também fundador do Nic.BR. Participe você também, basta imprimir e pagar um darf de 500 mil reais pela internet para ser um agente como o Banco do Brasil, Sebraes, Serpros etc. (veja detalhes em www.interjuris.com.br) Fora tudo isto as empresas brasileiras ainda são obrigados a se sujeitar as extorsões praticadas pela Fapesp, que segue ordens do Comitê Gestor Internet, mas que é controlado por um assessor da presidência da Fapesp um "Notório Saber em Internet" graças ao cargo criado pelo ex-ministro José Dirceu (anexo4).

Voltando a falar sobre a Fapesp.....

Entretanto a receita, em muito, excede as despesas, e até o final do ano passado (2002 !!!!), o saldo líquido nos cofres da FAPESP já excedia R\$ 50 milhões, nada mal por uma operação sem fins lucrativos.

Dinheiro desta ordem, naturalmente, chama atenção. Sabe-se que a atual administração da FAPESP já questionou a propriedade de permitir que este dinheiro seja usado para financiar qualquer coisa que não seja financiado normalmente por ela, ou seja, que este dinheiro deveria ser usado apenas para projetos de pesquisadores do estado de São Paulo.

(Assinatura)

107
8

Como ganhar periodicamente R\$ 2 milhões extorquidos todo o mês? O Ministério das Comunicações enviou 2 representantes para garantir uma receita maior no bolso dos donos do Nic.br; diminuindo para 0 dias o prazo de divulgação do início do leilão de mais de 80 mil domínios. Isto interessa a milhares de internautas mas que são excluídos pela Fapesp por não acessarem a cada 15 dias o site www.registro.br que divulga o leilão que dura 15 dias. E mesmo que acessem ainda vão ter dificuldades em encontrar a lista completa dos domínios que fica propositadamente 'meio' escondida. Veja o porque desta sujeira!

e) A Fapesp anuncia através do CGI.br mais um golpe de R\$ 4,8 milhões: a de 'registro de domínio com acento'. É fácil calcular: 800 mil domínios, sendo 20% com acentuação, perfaz um acréscimo de 160 mil domínios x R\$ 30,00 doados = R\$ 4.8 milhões/ano no caixa livre de imposto de renda ou qualquer controle federal ou estadual. É só por a grana no bolso!!!

f) Dono do CGI.Br: Dono do CGI.Br garante que os R\$ 2 milhões extorquidos todo mês pertencem ao Comitê Gestor e não à Fapesp, que se encarrega gratuitamente de todo o serviço de registro contábil....

g) Após a denúncia ao governo das maracutaias do CGI.br (Comitê Gestor Internet), o assunto foi parar no Ministério da Ciência e Tecnologia, que o encaminhou dia 28/04/05 para o CGI.br. que simplesmente tenta cancelar os domínios "kanopus.com.br", "ebdi.com.br", interjuris.com.br. e outros, através da "suposta existência de irregularidades nos dados fornecidos para fins de registro. blá, blá...". Em vez do MCT verificar no bolso de quem foi parar os 100 milhões e as manipulações de domínios brasileiros pelo CGI.br, filial da Fapesp, simplesmente tentam calar o denunciante.....

h) Os 100 milhões de reais sumiram após uma portaria Interministerial, assinado pelo Min. José Dirceu, coordenado por Arthur Pereira Nunes, tel. (61) 317-7532), incluir um "assessor da presidência da FAPESP" como membro permanente no Comitê Gestor Internet (CGI.br), usando um argumento muito comum na época da idade média "Notório Saber em Internet". Infelizmente desconhecia o título real: NSEPB (Notório Saber em Encher o Próprio Bolso). Não é a toa que o CGI.br / NIC.br atuam como se fosse uma filial da Fapesp e a tendência natural é defender os lucros da Fapesp e o internauta que se dane.....já pagou os R\$ 30,00 anual.... se não pagar corta-se o domínio.

i) A ganância da Fapesp em extorquir o internauta chega a ficar ridículo. Primeiro enviam 4 e-mails informando o prazo de 30 dias para pagar a doação obrigatória anual: 4 x R\$30,00. Logo a seguir enviam outro e-mail informando o prazo de 5 dias, caso contrário perde os 4 domínios. Veja os e-mails. Pior que temos que se sujeitar a isto, porque graças ao Comitê Gestor Internet o monopólio de domínios é da Fundação de Amparo aos Picaretas do Estado de São Paulo. Resta um consolo porque um dos domínios é raticidas.com.br, presume-se que é para comprar raticida usado para iluminar ratos por lá.

j) Para enrolar mais o sumiço do dinheiro os antigos donos do CGI.br criaram em 06/01/2003 uma associação particular chamada NIC.br CNPJ 05.506.560/0001-36, cuja má intenção já tinha sido denunciada em 23 de junho de 2001!. A técnica é simples: a Fapesp extorque dos internautas e repassa para NIC.br que pode fazer o que bem entende porque prestou um serviço qualquer para a Fapesp. Outra parte dos 100 milhões de reais que já sumiram supõe-se que foram para o PTT.br que é de uma empresa chamada Terremark do Paraguai, desculpe Miami e usa o datacenter da HP (Hewlett-Packard). Pelo jeito os datacenter nacionais são péssimos demais. PTT.br quer dizer "ponto de troca de tráfego de empresas nacionais" mas que é controlado pelos EUA graças ao CGI.br.

l) A inteligência da Fapesp é realmente exepcional (sic): caso o status do CNPJ esteja diferente de ativo na Receita Federal a empresa não pode ter o seu próprio domínio registrado em seu próprio CNPJ! Esta decisão ainda é apoiado pelo colegiado de acéfalos que compõe o CGI.br. Se você não fez o imposto ou tiver alguma pendência com o leão o status do CNPJ fica inapto. A seguir você tem 5 dias p/ retirar os domínios ou perde tudo!. Veja aqui.

164

m) Solicitado a inclusão no Livro dos Recordes Brasileiros e Guinness: Maior valor extorquido ilegalmente no Brasil: R\$ 200 milhões pelo Comitê Gestor Internet Brasil. Maior valor parado por 3 anos com juros embolsados: R\$ 90 milhões de reais na conta Banespa ag. 105 cc 72400-2. Maior valor sumido: R\$ 110 milhões do Banespa ag. 105 cc 72400-2 pelo grupo NICbr/CGIbr/Fapesp. Maior número de internautas enganados a doar R\$ 30,00/ano: 800 mil. Empresa mais rentável com somente 2 funcionários: Registro.br com receita de 2 milhão/mês limpinho sem imposto.

n) Não acredito... os acéfalos do CGIbr - Comitê Gestor Internet, levaram 10 anos e ganharam 200 milhões de reais, livres de impostos federais, estaduais ou qualquer outro controle; para chegar a conclusão que "A Fapesp durante 10 anos não teve poder legal para representar o Comitê Gestor Internet..." mas só podia recolher 200 milhões.

o) Os milhões de internautas brasileiros que acabam descobrindo tardiamente que o domínio desejado já está em mãos de terceiros, que se danem, pois são considerados leigos demais pelo grupo que compõe o Comitê Gestor Internet Brasil a filial mais rentável da Fapesp. Se bem que 99% dos integrantes do CG são somente figurativos, não apitam nada e o restante funcionários da Fapesp. Lógico, o controle tem que continuar em casa....

p) Graças ao nosso eficiente CGIbr:

".... a FAPESP resolveu unilateralmente converter o PTT, um serviço sem fins lucrativos que, tal como o próprio ccTLD, deveria ser considerado um bem público, numa operação empresarial, vendendo-o a uma empresa de Miami (Terremark). Portanto, o principal ponto de comutação de dados do Brasil passou a ser operado por uma empresa norte-americana"..... (texto completo e autor). Fisicamente saiu tudo das dependências da Fapesp e mudou para o data center da Hewlett-Packard operado pela Terremark (do Paraguai, desculpe Miami). Pelo jeito a Fapesp considera as empresas no Brasil incompetentes demais até para manter um Data Center ou operar um serviço público ou andou escorregando alguns dólares no bolso do Fredi ou do Russo.... O CGIbr menciona somente o sistema Internet Software Consortium (pega mal mencionar uma empresa de fora), não mencionam valores e nem a petulância em informar as comissões pessoais não informaram....

q) Pérolas do mês:

"os gastos anuais com a manutenção do sistema de registro (incluindo mão-de-obra, software e equipamentos) somam aproximadamente R\$ 720 mil. Descontada a taxa de inadimplência, que está em 15%, sobram R\$ 3 milhões para o comitê aplicar em projetos para o desenvolvimento da Internet em todo o país." Isto foi escrito em 1999 !!!!! clique aqui (agora são 200 milhões, isto é dos R\$ 30,00, R\$ 1,00 são custos e R\$ 29,00 são embolsados!!!!. Ainda bem que você é um dos 750 mil que pagam todo ano sem reclamar!, parabéns, continue assim! em vez de aplicar em algo útil como o Fome Zero aplique no bolso da trinca do CG.

"Já Carlos Afonso lamenta que não haja informações nos sites da Fapesp e do comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino. Ele afirma que, inicialmente, o site do comitê apresentava vários projetos de serviços, o que não acontece mais. Outra reclamação de Afonso se refere ao número de grupos de trabalho, que, segundo ele, vem diminuindo" Isto foi escrito em 1999 !!!!! clique aqui. Nada a ver com o assunto, mas alguém já viu um ladrão declarar seus gastos?????

"Falta só descobrir qual a empregada da Fapesp/Registro.BR ou do CGIbr que se beneficiou da transferência ilegal, a toque de caixa, dos domínios citados !!!!!" Isto foi escrito em 2005!!!! clique aqui.

s) Você sabia que o Nic.BR foi criado pelos membros do antigo CGIbr e que com a transferência da Fapesp para o Nic.BR o controle acaba voltando aos membros do antigo CGIbr de forma a perpetuar a extorsão? E ambas não estão classificadas como Oscip "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público", na Secretaria Nacional de Justiça e até o uso da palavra Fundação é ilegal?"

[Assinatura]

168

I – DOS ESCLARECIMENTOS INICIAIS

1. Por primeiro, cumpre informar que, ao tomar conhecimento através do site www.interjuris.com.br, das difamatórias afirmações que lhe vinham sendo imputadas, o CGI.br promoveu face ao autor das referidas difamações, com fundamento no art. 144 do Código Penal, pedido de explicações - Processo nº 2005.70.000.28397-6, que tramitou pelo MM. Juízo de Direito da 3ª. Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba-PR, visando a que o mesmo confirme a autoria das difamações referenciadas.

2. Pelo mesmo motivo, o CGI.br notificou extrajudicialmente o autor das difamações que, todavia, não respondeu aos termos da notificação.

Em decorrência das afirmações realizadas no site “interjuris.com.br” o CGI.br ajuizou ação penal privada (queixa-crime) em face de Jan Struiving, que recebeu o nº 2006.70.00.009663-9 e tramita perante a 3ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR, com cópia integral em anexo.

3. Tais denúncias, entretanto, levianamente imputadas ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, não passam de difamações, que visam denegrir a honra e a credibilidade do CGI.br, crime previsto no art. 139, do Código Penal.

4. As acusações acima transcritas são lançadas contra o Comitê Gestor e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Assim sendo, as presentes informações preparadas pelo CGI.br, haverão de ser aproveitadas, também, a favor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

II - DOS PRECEDENTES HISTÓRICOS DA INTERNET NO MUNDO

11

166
8

5. Os precedentes que, ao agora, seguem, são esclarecedores para o caso em questão. Das pesquisas feitas em sites de interesse do Comitê Gestor,¹ apuramos que a Internet teve origem em um sistema criado na década de 60, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, o Advanced Research Projects Agency Network ("ARPANet"), cujo objetivo era conectar diversos centros de pesquisa militar. Os métodos desenvolvidos pela ARPANet permitiam que diferentes computadores se intercomunicassem, transmitindo diferentes informações e documentos. Estes métodos incluíam um protocolo de funcionamento, denominado Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP).

Na década de 80, a National Science Foundation (NSF), entidade norte-americana de incentivo ao desenvolvimento científico, utilizando a tecnologia da ARPSnet, expandiu o funcionamento destes métodos de comunicação para a área acadêmica e científica, criando uma verdadeira rede de computadores entre universidades, agências governamentais e instituições de pesquisa. A NSF subsidiou e coordenou uma rede denominada NSFNet, embrião da Internet que existe hoje no mundo.

A National Science Foundation - (NSF), em 1987, passou a ser responsável pelo registro na raiz do DNS (Domain Name Systems) dos TLDs (Top Level Domains) .int, .com, .org, .net, e .edu. Mais tarde, essa responsabilidade foi transferida para a Network Solutions, Inc., empresa que também havia sido criada dentro da NSF.

A partir de 1990, a Internet entrou em fase tão expansiva que logo ultrapassou o âmbito acadêmico, tomando-se popular a tal ponto que se espalhou pelo mundo. Àquela época, surgiu a World Wide Web (em português, literalmente, "teia (rede) mundial"), um acervo universal de páginas ou "sites" que fornecem aos seus visitantes informações de um gigantesco banco de dados multimídia, que pode ser acessado graças ao protocolo TCP/IP que é a linguagem universal de comunicação através da rede.

¹ Fonte de consulta principal: <http://www.egi.br>.



168
2

6. Esse fenômeno, cujo avanço se despontava sem limites de crescimento, fez surgir grande interesse do setor comercial pela Internet, e a quantidade de usuários aumentou muito, daí, resultando no avanço da utilização do DNS e da quantidade de nomes de domínios registrados, sobretudo nos Estados Unidos - para que os usuários se identificassem ao trafegar pela rede.

Assim, em outubro de 1998, criou-se uma organização neutra, patrocinada pela comunidade empresarial, denominada *Internet Corporation for Assigned Numbers (ICANN)*.²

O ICANN é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, organizada e existente sob as leis do Estado da Califórnia mais especificamente, a "Nonprofit Public Benefit Corporation Law". É formada pela união entre as comunidades empresarial, técnica, e acadêmica, e de usuários da Internet.

O ICANN é reconhecido não apenas pelos Estados Unidos da América, mas também por Governos de todo o mundo como a entidade de consenso global que coordena a administração técnica do sistema de nomes de domínio na Internet, a distribuição de espaço para endereços IP, a indicação de parâmetros de regras a serem seguidos, a gerência do sistema do servidor-raiz, bem como a coordenação da atribuição de números IP.

A forte característica do ICANN está em que ele funciona como uma sociedade de natureza privada, internacional, transparente e baseada no consenso adquirido através da participação de representantes das diversas comunidades mundiais ligadas à Internet. Possui um conselho diretivo internacional composto de 15 membros, dentre os quais há representantes de todos os continentes. O ICANN é financiado pelos inúmeros "registries" (administradores das bases de domínio) e "registrars" (executivos do registro junto ao usuário final, espécie de despachantes) que compõem os sistemas globais de nomes de domínios e endereços na Internet.

² Consultar: www.icann.org.



108
8

Essa característica que envolve o *modus operandi* da Internet, não significa que os Governos não devam compartilhar desse processo. Tanto assim, que o ICANN criou o Comitê Consultivo Governamental (Governmental Advisory Committee - GAC) para canalizar tal participação. O principal papel do GAC é dar aconselhamento ao ICANN em assuntos relacionados à política pública, buscando incorporar a ela a diversidade de visões decorrentes de cada país ou região econômica. O GAC examina as atividades e políticas do ICANN dentro do contexto das preocupações dos Governos, conferindo especial atenção aos aspectos em que existem interação das políticas do ICANN e leis nacionais ou acordos internacionais.

7. No mundo inteiro, a Internet tem como característica principal a sua forma descentralizada de atuação e, por isso, permite que usuários de vários tipos de computadores e redes se comuniquem por meio de um protocolo comum.

Com essa mesma linha de atuação, a infraestrutura de registros de nomes de domínio e atribuição de IP no mundo foi sendo criada de maneira bastante informal. No início, a organização não governamental denominada *Internet Assigned Numbers Authority* ("IANA"), grupo criado pelo cientista Jonathan Postel, popularmente conhecido como Jon Postel na universidade norte-americana em que trabalhava - USC - *University of Southern California*, era a responsável pela administração da atribuição de TLDs no mundo todo.

O próprio Jon Postel cuidava do TLD (Top Level Domain) .edu pessoalmente e, aos poucos, foram sendo recrutados outros membros interessados na administração dos outros domínios que foram sendo criados.

Foram, então, criados TLDs de duas letras, conforme tabela ISO 3166 correspondente ao código de países (ccTLD - *Country Code Top-Level Domain*).

Cada ccTLD foi sendo repassado pelo IANA a quem o solicitava. Sem que necessariamente houvesse qualquer vínculo com

169
J

o Governo de cada um dos países correspondentes, posto ser tal fenômeno, desde seu surgimento, desvinculado de questões governamentais ou políticas.

As atividades de gerenciamento da atribuição de endereços IP e registro de nomes de domínio, ao longo do tempo foram sendo delegadas pela IANA a entidades ao redor do mundo. Estas entidades, quase que em sua totalidade, pertencem à área acadêmica ou à iniciativa privada, na sua maioria, organizações não governamentais sem fins lucrativos.

Com a finalidade de desenvolver o registro de nomes de domínio e números IP (Internet Protocol), foram sendo criadas no mundo organizações não governamentais, como *American Register for Internet Numbers Ltd (ARIN)*, *Latin American and Caribbean Internet Address Registry (LACNIC)*, *Réseaux IP Européens (RIPE)* e finalmente foi criada a organização global não governamental ICANN com a missão de organizar todas as outras entidades que se ocupavam do assunto de registro de nome de domínio e endereço IP. Por isso foi firmado um memorando de entendimentos entre o Governo dos Estados Unidos e ICANN dispondo seu compromisso de que os serviços de registro de nomes de domínio se perpetuassem, a gestão de uma instituição não governamental, sob a guarda da iniciativa privada.

III - DA IMPLANTAÇÃO DA INTERNET DO BRASIL

8. A primeira regra que, no Brasil, cuidou do assunto da Internet quanto necessário, foi a Norma 004/95, aprovada pela Portaria n.º 148 do MC, de 31 de maio de 1995. Esta Portaria regulamenta o uso de meios da rede de telecomunicações para o provimento e utilização dos Serviços de Conexão à Internet.

Acontece, porém, que o interesse público, pela Internet, foi ganhando proporções tão grandes, a ponto de o Governo brasileiro se convencer da necessidade de acompanhar e coordenar as atividades que estivessem ligadas à rede mundial, mais especificamente relacionadas às telecomunicações, informática e outras matérias acessórias.



9. Assim, o Ministério das Comunicações em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, decidiram criar o Comitê Gestor, com o objetivo de acompanhar o provimento de serviços, estabelecer recomendações, emitir pareceres, coletar, disseminar e organizar as informações sobre a Internet no Brasil.

Essa providência deu sequência ao papel pioneiro desempenhado pela comunidade acadêmica brasileira na implantação da Internet no Brasil.

Em 1995, através da Portaria Interministerial n. 147/95, do Ministério das Comunicações – MC, e do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, foi criado o Comitê Gestor da Internet do Brasil.

IV – DAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL

10. O Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br criado pela Portaria Interministerial MC/MCT nº 147/95, foi ratificado e alterado pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 03 de setembro de 2003, com as seguintes atribuições: estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil; estabelecer diretrizes para a organização das relações entre o Governo e a sociedade, na execução do registro de Nomes de Domínio, na alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e na administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível (ccTLD - country code Topel Level Domain), ".br", no interesse do desenvolvimento da Internet no País. Também é responsável por assegurar a justa e livre competição entre os provedores e garantir a manutenção de adequados padrões de conduta de usuários e provedores.

De acordo com o que dispõe o citado Decreto nº 4.289/03, o CGI.br é composto por membros do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. O CGI.br representa um modelo de governança na Internet, pioneiro no que diz respeito à efetivação da participação da sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da rede. Com base nos princípios de multilateralidade, transparência e democracia, desde julho de 2004, o CGI.br

171
8

elege democraticamente seus representantes da sociedade civil para participarem das deliberações e debaterem prioridades para a Internet, junto com o Governo.

Atualmente, o CGI.br é composto por 21 (vinte e um) membros, sendo estes representantes do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica, designados pelas Portarias Interministeriais PresRepubl/Ccivil n. 9 e 10 e coordenado por Augusto Cesar Gadelha Vieira, por designação feita em 29 de dezembro de 2005, através da Portaria Interministerial CCivil/MCT/MC nº 902. Tudo assim se deu em respeito ao Decreto n. 4.829/03.

V - DA ORIGEM DA PARTICIPAÇÃO DA FAPESP NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTROS DE NOMES DE DOMÍNIO E NA ATRIBUIÇÃO DE ENDEREÇOS NA INTERNET DO BRASIL

11. A escolha da FAPESP para colaborar nos serviços de registros de nomes de domínio e a atribuição de endereços na Internet do Brasil, tem sua explicação.

Como antes dissemos, o Ministério da Comunicação-MC e o Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT, através da Portaria Interministerial MC/MCT n. 147, de 31.05.1995, criaram o Comitê Gestor da Internet do Brasil, outorgando-lhe competência para assegurar qualidade e eficiência nos serviços da Internet do Brasil e garantir justa e livre competição entre os interessados e a manutenção de padrões de conduta de provedores e usuários da Internet brasileira.

No uso dessas atribuições que lhe foram conferidas, o Comitê Gestor fez expedir a Resolução n. 001/98, através da qual estabeleceu critérios e condições para o registro de nomes de domínio, obrigações do requerente e do usuário, além de outras providências.

12. Todavia, por não ter personalidade jurídica própria, e considerando não haver, no Brasil, entidade jurídica habilitada para o exercício das atribuições de registro de nomes de domínio e sua manutenção e, considerando mais, que a execução das atividades relativas ao

132

registro de nomes de domínio e a atribuição de endereços IPs já vinham sendo realizadas pela FAPESP, no âmbito do Projeto Rede Nacional de Pesquisas – RNP, o Comitê Gestor houve por bem expedir a Resolução nº 002/98, através da qual decidiu estabelecer, com a FAPESP, uma parceria para a execução dessas atividades ligadas à Internet, com capacidade abrangente em todo o território nacional e no mundo em geral.

13. Assim, a FAPESP, através do Projeto de Pesquisa denominado “Desenvolvimento e Manutenção de um Sistema Informatizado para o Gerenciamento dos Registros de Domínios da Internet no Brasil” incumbiu-se do registro de todos os endereços eletrônicos no Brasil, possuindo o sufixo “br”. Os domínios que não finalizam com “br”, não são regidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, por conseguinte, não estão na competência da FAPESP, para registro.

VI - DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS À FAPESP

14. Desde sua implantação no Brasil, até 05 de dezembro de 2005, competia à FAPESP, a prática das atividades que lhe foram delegadas na Resolução CGI.br. 002/98, quais sejam, registro de nomes de domínio, distribuição de endereços IPs (Internet Protocol) e sua manutenção na rede eletrônica Internet, com estrita obediência às normas e procedimentos adotados e emanados do CGI.br.

Como logo adiante se verá de forma mais esclarecedora, a partir de 5 de dezembro de 2005, o exercício dessas atividades foi transferido ao NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC.br.

15. Para o registro do nome de domínio o Comitê Gestor adotou o princípio FIRST COME, FIRST SERVED, seguido por todo o mundo, ou seja, será concedido o nome do domínio ao primeiro requerente que satisfizer as exigências para o registro, conforme estabelecia a Resolução nº 001/98, revogada pela Resolução 002/2005, vigente a partir de 05 de dezembro de 2005.

172
8

A observância dessas exigências pelo requerente do registro de domínio, é condição indispensável para que ele tenha direito ao nome de domínio, cujo registro venha pleitear.

Há Domínios de Primeiro Nível (DPN), que são reservados para grupos de Pessoas Jurídicas, como por exemplo, os sufixos que terminam com ".org.br", são destinados às organizações não governamentais e sem fins lucrativos, pelo qual exige-se a apresentação de documentação que comprove a natureza da instituição e o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Os domínios apenas com o sufixo ".br", são destinados às instituições de ensino superior e às de pesquisa, pelo qual exige-se a apresentação do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a comprovação da atividade específica, conforme Resolução 001/98, Anexo II, alínea 'a'.

16. A responsabilidade pelo nome do domínio escolhido, bem como sua apropriada utilização, é única e exclusiva do requerente, conforme previsto no parágrafo 1º, do art. 1º da citada Resolução 002/2005.

17. Importa salientar que, quando da escolha do nome do domínio, a FAPESP (agora o NIC.br) não possui prévio conhecimento, muito menos dá sua anuência ou aprovação ao referido registro, eis que todo o procedimento é efetuado eletronicamente.

A FAPESP (agora o NIC.br) possui atribuições meramente administrativas, incumbindo-se-lhe disponibilizar meio para o registro do endereço eletrônico, zelar pelo funcionamento do respectivo registro dos domínios e sua manutenção.

18. Os domínios registrados não são de titularidade da FAPESP (NIC.br.), pois, conforme mencionado, sua competência limita-se a registrar o nome escolhido pelo requerente e, assim, ela não utiliza nem usufrui do domínio registrado.

174
8

19. De se notar, também, que a FAPESP (agora NIC.br.) só poderá fazer cessar o direito ao uso de um domínio registrado, ensejando o seu cancelamento, nos casos expressamente previstos na Resolução nº 002/2005, artigo 9º, a saber: *I. Pela renúncia expressa do respectivo titular, por meio de documentação hábil exigida pelo órgão executor; II. Pelo não pagamento dos valores referentes à manutenção do domínio, nos prazos estipulados pelo órgão executor; III. Pela inobservância das regras estabelecidas nesta Resolução e seu Anexo; IV. Por ordem judicial; V. Pela constatação de irregularidades nos dados cadastrais da entidade, descritas no art. 5º, inciso I, alíneas "a e b", itens 1 e 2, após constatada a não solução tempestiva dessas irregularidades, uma vez solicitada sua correção pelo órgão executor; VI. Pelo descumprimento do disposto no inciso IV do art. 11º, desta Resolução."*

O art. 10º, da Resolução nº 002/2005, estabelece que após a remoção, o domínio somente poderá ser registrado novamente através do processo de liberação. Ou seja, em períodos determinados do ano será aberto prazo para inscrição de interessados no referido domínio, senão vejamos:

"Art. 10º - Os domínios cancelados nos termos dos incisos I, II, III, V e VI do artigo 9º serão disponibilizados para novo registro através de processo de liberação, que possibilita a candidatura de interessados ao respectivo domínio, conforme os seguintes termos:

I. As candidaturas ao nome de domínio serão realizadas no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início do processo de liberação estabelecido pelo órgão executor do registro;

II. Expirado o prazo previsto para o final do processo de liberação, não serão aceitos novos pedidos até que a lista de pedidos existentes seja processada;

IV. É permitida a candidatura a 20 (vinte) domínios diferentes por entidade, em cada processo de liberação;

Isso ocorre, devido ao fato de o domínio já ter sido registrado anteriormente, sendo certo que não se encontra mais revestido de originalidade, isto é, o domínio já foi de alguma forma divulgado na rede mundial Internet, merecendo assim, maior cautela em seu novo registro.

Nesse período, os interessados em domínios que se encontrem nessas condições poderão se inscrever e, ao final, o referido processo poderá ter os seguintes resultados previstos no inc. V, da Resolução nº 002/2005:

V. O resultado do processo de liberação, define que:

175
7

- a) o nome de domínio que não tiver candidatos será liberado para registro ao primeiro requerente que satisfizer as exigências estabelecidas pelo órgão executor;
- b) o nome de domínio que tiver apenas um candidato será a ele atribuído, desde que satisfaça todas as exigências para o registro;
- c) o nome de domínio que tiver mais de um candidato, mas um único candidato com diferencial declaratório, este candidato único será notificado, via endereço eletrônico, para que apresente os documentos comprobatórios desse direito. Após a comprovação efetiva, o registro do domínio será atribuído a ele;
- d) o domínio que tiver dois ou mais candidatos não será liberado para registro e aguardará o próximo processo de liberação;
- e) não sendo possível liberar o registro de um domínio pelas regras anteriormente expostas, o domínio voltará a participar dos próximos processos de liberação."

Necessário observar, também, que as inscrições no processo de liberação, por qualquer entidade, é totalmente desprovida de pagamento. O interessado poderá se inscrever para até 20 (vinte) domínios, sem que para isso tenha que realizar qualquer pagamento.

A Resolução nº002/2005 prevê, ainda, que no ato da candidatura, as entidades poderão informar e posteriormente comprovar que possui o certificado de registro da marca fornecido pelo INPI-Instituto Nacional de Propriedade Industrial ou o nome empresarial completo da entidade inscrita no processo de liberação idêntico ao nome de domínio solicitado, conforme disposto no inc. III, do art. 10º, vejamos:

"III. No ato da inscrição a um domínio o candidato poderá informar que possui algum diferencial para requerer o registro do domínio que se encontra em processo de liberação. As condições para utilização dessa opção são:

- a) a entidade inscrita no processo de liberação deve deter o certificado de registro da marca, concedido pelo INPI, idêntico ao nome de domínio solicitado, ou;
- b) o nome de domínio solicitado deve ser idêntico ao nome empresarial completo da entidade inscrita no processo de liberação. Essa entidade deverá utilizar-se deste nome empresarial há mais de 12 (doze) meses, ou;
- c) se comprovado abuso ou falsa declaração, o candidato será responsabilizado por tal ato e, ainda, será prejudicado em suas demais inscrições;"

Portanto, somente nos casos em que não houver candidatos ao domínio, houver apenas um candidato ou se uma das entidades inscritas no processo de liberação comprovar documentalmente que possui os requisitos estabelecidos nos itens a ou b, citados acima, o registro do domínio

é concedido a ela. Do contrário, o domínio não é liberado a nenhuma das entidades inscritas e participará dos próximos processos de liberação.

Essa liberação de domínios, sempre foi realizada pela Fapesp (agora NIC.br) em estrita observância às normas vigentes, só ocorrendo nos exatos termos do art. 10º, da Resolução nº 002/2005 e, além disso, esse processo é periodicamente fiscalizado pelo próprio CGI.br.

VII – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS APRESENTADA PELA FAPESP

20. Periodicamente, o citado Projeto apresentou ao CGI.br e à FAPESP, prestação de contas de todos os recursos arrecadados e dos despendidos com a execução das atividades de sua competência, elencadas na Resolução 002/98.

Essa prestação de contas submete-se ainda à aprovação de auditorias interna e externa, da própria FAPESP e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a quem compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, do Estado de São Paulo e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

21. Para o bem de tudo quanto feito, cabe notar que as prestações de contas exibidas pelo Projeto à FAPESP e ao CGI.br, desde quando assumiu o gerenciamento dos recursos arrecadados com os serviços da Internet no Brasil (maio de 1998) até o ano de 2004, foram devidamente aprovadas pelos órgãos competentes, sem restrições. Sabe-se mais que, a prestação correspondente ao exercício de 2005, ainda não foi apresentada, porque o período correspondente a essa prestação finalizou-se recentemente.

VII - DO PAPEL DA FAPESP (ATUAL NIC.br) COMO PARCEIRA DO COMITÊ GESTOR NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET DO BRASIL

22. Vimos pouco atrás, que foi através da Resolução CGI.br nº 02/98, que a FAPESP tornou-se parceira do Comitê

Gestor, na execução dos serviços de registros de nomes de domínio e na sua manutenção.

Os fatos, porém, acabaram por confirmar que, a despeito dessa aliança, o Comitê Gestor sempre se manteve à frente de toda execução dos serviços da Internet do Brasil.

Com efeito, a FAPESP nunca ditou as regras a que devem se submeter os usuários da Internet no Brasil. É sempre o Comitê Gestor que as dita e edita. Enquanto isso, a FAPESP cuidou e, por sinal, muito bem, de gerenciar os recursos financeiros gerados por tais serviços, mantendo-se como fiel depositária desses recursos. Tudo o mais é processado pelo Comitê Gestor, inclusive os lançamentos referentes à cobrança dos valores pagos pelos titulares dos registros de domínio.

Quem coordena, controla e decide sobre todos os assuntos de peculiar interesse da Internet do Brasil, é o Comitê Gestor. Em uma palavra, o Comitê Gestor, a partir do momento em que recebeu as atribuições de zelar pelos serviços da Internet do Brasil, nunca se afastou do comando desses serviços.

E, pelo que se sabe, o Comitê Gestor vem cumprindo tão bem essa missão, a ponto de os serviços da Internet do Brasil, terem merecido o reconhecimento internacional, como um dos serviços de Internet melhor conduzido em todo mundo.

23. Colaboradora altamente idônea. Esta é, realmente, a marca do papel da FAPESP na parceria que manteve com o Comitê Gestor para a execução das atividades ligadas à Internet do Brasil.

VIII - DA INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR - NIC .br, SUCESSOR DA FAPESP NAS ATIVIDADES CONFERIDAS PELO CGL.br

24. Muito embora o tempo de sua duração o desdisse, ao assumir o compromisso do exercício das atividades que o

178

Comitê Gestor lhe conferiu através da Resolução CGIbr nº 02/98, a FAPESP deveria fazê-lo em caráter transitório.

Essa e outras causas contribuíram para que o Comitê Gestor viesse instituir uma entidade jurídica apta a lhe dar suporte, para que este Comitê pudesse cumprir as atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria Interministerial MC/MCT 147/95, mais tarde corroboradas e ampliadas pelo Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003.

Uma dessas outras causas está em que as atividades de registro de domínios e atribuição de endereços IP, como antes consignamos, sempre foram executadas por organismos não governamentais. Academias, voluntários e empresas da iniciativa privada, sem vínculo algum com as atividades da área de telecomunicações e sem maiores formalidades, em cada país, e sob diferentes regimes, são encarregados da execução desses serviços.

Essa experiência de multilateralidade traz mundialmente a marca dos resultados altamente satisfatórios. Aqui no Brasil, portanto, não haveria de ser diferente. Por isso, já em seu primeiro momento de implantação, os serviços de acesso à Internet foram atribuídos ao chamado Grupo Operador da Internet. Isso mostra que a orientação aqui seguida para essa tarefa, é a mesma que se sagrou triunfante em quase todo mundo.

25. Assim é que, sensível a tudo o que dispõe o Decreto 4.829/03 e aos sobreditos precedentes que já apontavam a necessidade de se criar uma entidade jurídica habilitada a dar continuidade aos serviços de acesso à Internet do Brasil, o Comitê Gestor, após longo período de avaliação, estudos e debates sobre a matéria, acabou por decidir pela instituição de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, ou de fins não econômicos, para ser a entidade que deverá cuidar do registro de nomes de domínios e de endereços da Internet, bem como de sua manutenção, no Brasil.

Como não poderia deixar de ser, ao instituir essa entidade, o Comitê Gestor, a exemplo do que ocorre na grande maioria de outros países, cuidou de assegurar a participação do Governo federal, através

179
8

da indicação de representantes com assento no órgão diretivo superior dessa entidade, com considerável poder de decisão.

Tal participação, além de outros motivos, tanto mais é devida graças ao interesse público de que se revestem esses serviços. Melhor esclarecendo, tais serviços caracterizam-se como serviços de interesse público e não se tratam de serviços públicos propriamente ditos.

Por conta disso, foi criado o NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC .br. Esta, a entidade da qual o Comitê Gestor passou a se valer, em substituição à FAPESP, para cumprir as atribuições que lhe conferiu a Portaria Interministerial MC/MCT nº 147/95, confirmadas e alargadas pelo Decreto 4.829, de 3 de setembro de 2003.

IX - DA PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET

26. No Brasil, o veículo condutor da parceria entre o Governo federal e o Comitê Gestor, começou com a Portaria Interministerial MC/MCT nº 147/95 e, ao depois, manteve-se com o Decreto nº 4.829/03. Este, ao mesmo tempo que conferiu as atribuições, nele arroladas, ao Comitê Gestor, reservou para si boa porção de representatividade, junto a este Órgão e, com isso, tem a possibilidade de atuar como regulador e fiscalizador, dos atos emanados pelo Comitê Gestor.

Essa participação, além de outras vantagens, proporciona ao Governo federal a possibilidade de ter, sob seu controle, atividades que, embora corretamente atribuídas à iniciativa privada, sem dúvida, também dizem respeito a assuntos estratégicos do Governo federal.

Nesse contexto, comprova-se que o exercício das atribuições de registro de nomes de domínio e a atribuição de endereços IPs, assim como a sua manutenção, vêm sendo executados pelo Comitê Gestor, com técnica de primeiríssima linha, em prol do interesse público.



180
8

Então, justo e necessário reconhecer que esse sistema conjugado de esforços público-privados, está em ótimas mãos. Aliás, como antes consignamos, os serviços executados pelo Comitê Gestor, foram proclamados serviços de excelência pela Internet mundial.


27. Além disso, o Decreto nº 4.829/03, mais do que confirmar as atribuições que a Portaria Interministerial MC/MCT nº 147/95 já havia outorgado ao Comitê Gestor, ampliou-as e estabeleceu diretrizes para a organização das relações entre o Governo e a sociedade, na execução do registro de Nomes de Domínio, na alocação de endereço IP (Internet Protocol) e na administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível (ccTLD) - country code Top Level Domain), .br, tudo no interesse do desenvolvimento da Internet no País.³

E mais. O Decreto nº 4.829/03, nos arts. 2º ao 8º, determinou quais serão os membros e respectivos suplentes do CGI .br. Estabeleceu, ainda, a maneira de representação junto ao CGI.br, do Governo, do setor empresarial, do terceiro setor, da comunidade científica e, para esses três últimos setores, fixou as regras para a eleição dos seus respectivos representantes. Tudo se cumpriu, segundo o que dispõe esse Decreto.

Estas as informações em atendimento ao ofício em apreço e esperamos sejam recebidas como boas a atender o que nos foi solicitado.

Seguimos à disposição para novos esclarecimentos que se fizerem necessários.

Brasília, 19 de abril de 2006


AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA
COORDENADOR DO CGI.br

³ Confira-se com o disposto no art. 1º, do Decreto nº 4.829/03.